

ENCHENTES NO RIO GRANDE DO SUL EM 2024: O PAPEL DAS INSTITUIÇÕES E VOLUNTÁRIOS NO RESGATE DE ANIMAIS DOMÉSTICOS

Julio Cesar Nunes Rolhano

Marcio Zamboni Neske

RESUMO: As enchentes que assolaram o Rio Grande do Sul em 2024 configuraram-se como um dos desastres climáticos mais devastadores da história recente do estado, afetando amplamente comunidades humanas e animais. Este artigo explora as ações emergenciais realizadas pela Secretaria Estadual do Meio Ambiente e Infraestrutura (SEMA), em conjunto com bombeiros, Defesa Civil e voluntários, destacando os esforços voltados ao resgate de animais domésticos. Com base em uma abordagem qualitativa, a pesquisa analisa a complexidade das operações, a relevância do planejamento prévio, e a importância da coordenação interinstitucional como pilares para garantir o bem-estar animal em contextos de desastres. O trabalho também aborda os desafios enfrentados pelas equipes de resgate, propondo recomendações para o fortalecimento das políticas públicas na gestão de crises e integração de estratégias que reconheçam o papel central dos animais no contexto das famílias afetadas.

PALAVRAS-CHAVE: Desastres naturais, Bem-estar animal, Gestão de desastres, Resgate de animais.

FLOODS IN RIO GRANDE DO SUL IN 2024: THE ROLE OF INSTITUTIONS AND VOLUNTEERS IN RESCUING DOMESTIC ANIMALS

ABSTRACT: The floods that devastated Rio Grande do Sul in 2024 were among the most catastrophic climate disasters in the state's recent history, significantly impacting human and animal communities. This article explores the emergency actions carried out by the State Department of Environment and Infrastructure (SEMA), in collaboration with firefighters, Civil Defense, and volunteers, emphasizing the efforts directed toward the rescue of domestic animals. Based on a qualitative approach, the research analyzes the complexity of operations, the relevance of prior planning, and the importance of inter-institutional coordination as key pillars for ensuring animal welfare in disaster contexts. The study also addresses the challenges faced by rescue teams, proposing recommendations for strengthening public policies in crisis management and integrating strategies that recognize the central role of animals within affected families.

KEYWORDS: Natural disasters, Animal Welfare, Disaster Management, Animal Rescue.

INTRODUÇÃO

As mudanças climáticas têm se consolidado como um dos maiores desafios globais do século XXI, intensificando a frequência e a gravidade de eventos climáticos extremos. Entre esses, as enchentes figuram como desastres recorrentes que afetam a segurança humana, a economia e o meio ambiente. No Brasil, a fragilidade estrutural e organizacional no enfrentamento de desastres climáticos é amplificada pela falta de integração nas políticas públicas, afetando tanto populações humanas quanto animais. As enchentes ocorridas no Rio Grande do Sul em 2024 ilustram esse cenário de forma contundente.

Considerada a maior cheia da história recente do estado, superando o evento de 1941, as enchentes de 2024 resultaram em 173 mortes, mais de 423 mil pessoas desalojadas e danos materiais e ambientais severos. A chuva acumulada de 461 milímetros entre os dias 27 de abril e 2 de maio foi determinante para elevar o nível do Lago Guaíba a 5,35 metros, alimentado por descargas volumosas das bacias dos rios Jacuí, Taquari, Caí, Sinos e Pardo. Esse cenário evidenciou não apenas a vulnerabilidade das áreas urbanas e rurais, mas também a importância de ações estratégicas e coordenadas para minimizar os impactos de desastres dessa magnitude (SOUZA; FREITAS, 2020; SILVA; PEREIRA, 2020).

Embora o foco inicial da gestão de desastres esteja voltado para a preservação da vida humana, o resgate de animais domésticos e silvestres tem emergido como uma questão de relevância crescente. A relação entre humanos e animais transcende a dimensão econômica, estendendo-se ao campo emocional e comunitário. No entanto, esse aspecto ainda é subvalorizado em políticas públicas e protocolos de emergência, resultando em lacunas críticas durante respostas a desastres naturais.

A Secretaria Estadual do Meio Ambiente e Infraestrutura (SEMA), em conjunto com o Corpo de Bombeiros, a Defesa Civil e voluntários, desempenhou um papel central no resgate de animais durante as enchentes. Contudo, a articulação entre essas instituições enfrentou desafios significativos, incluindo a falta de protocolos específicos, a escassez de recursos logísticos e a ausência de infraestrutura adequada para o cuidado e o abrigo temporário dos animais resgatados.

O cenário caótico imposto pelas enchentes revelou lacunas críticas na gestão de desastres, especialmente no que tange à inclusão de ações voltadas para a proteção da fauna. A atuação da SEMA foi crucial para coordenar esforços e definir prioridades, mas sua capacidade de resposta foi limitada pela ausência de planejamento prévio para lidar com a dimensão do impacto sobre os animais. A improvisação de medidas emergenciais, como abrigos provisórios e campanhas de adoção, demonstrou a necessidade urgente de integrar o resgate de animais nos planos estaduais de gestão de desastres (SILVA; PEREIRA, 2020).

Portanto, a análise da atuação conjunta da SEMA, Bombeiros e Defesa Civil durante o evento de 2024 é fundamental para identificar as boas práticas implementadas, os desafios enfrentados e as lições aprendidas. A partir dessa análise, é possível propor melhorias estruturais e operacionais que possam fortalecer a gestão de desastres no estado e servir de referência para outros contextos afetados por crises climáticas.

Este artigo tem como objetivo analisar como a SEMA, em conjunto com outras instituições, respondeu ao desafio do resgate de animais durante as enchentes de 2024 no Rio Grande do Sul, avaliando a eficácia das estratégias adotadas e as limitações encontradas. Com isso, busca-se contribuir para o aprimoramento das políticas públicas voltadas para a gestão de desastres, com enfoque na proteção da fauna como um elemento estratégico para a resiliência comunitária.

Este tema é particularmente relevante devido ao impacto abrangente dos desastres naturais, que afetam não apenas as populações diretamente atingidas, mas também os ecossistemas e a fauna local. Entender como as instituições responsáveis atuaram para mitigar esses impactos é essencial para o desenvolvimento de políticas públicas mais inclusivas e integradas, especialmente em um cenário de agravamento das crises climáticas.

O tema deste artigo ganha um caráter prático e reflexivo a partir da experiência direta do primeiro autor, funcionário público da Secretaria Estadual do Meio Ambiente e Infraestrutura (SEMA), que atuou nas operações de resgate de animais durante as enchentes de 2024. Essa vivência permitiu observar, in loco, os desafios operacionais e estratégicos enfrentados pelas equipes envolvidas, incluindo a necessidade de maior integração interinstitucional, a insuficiência de recursos específicos para o resgate e a ausência de protocolos voltados à proteção da fauna em desastres de grande magnitude. A participação direta no campo trouxe à tona questões importantes para o aprimoramento das políticas públicas, especialmente no que diz respeito à inclusão de ações específicas para animais em todas as etapas da gestão de desastres. Esse olhar prático reforça a importância de estudos que não apenas analisem os eventos climáticos extremos, mas também busquem soluções baseadas em experiências reais, contribuindo para o fortalecimento da resiliência comunitária e ambiental.

Além da introdução, o artigo está estruturado da seguinte forma: a próxima seção discute a gestão de desastres no contexto das mudanças climáticas, destacando conceitos fundamentais e desafios operacionais. Em seguida, a metodologia empregada na pesquisa é detalhada, com foco na análise de dados documentais e entrevistas. Os resultados e discussões são apresentados na seção subsequente, com ênfase na atuação conjunta da SEMA, Bombeiros, Defesa Civil. Por fim, a conclusão traz reflexões sobre os aprendizados do evento de 2024 e recomendações para futuras ações de gestão de desastres no Rio Grande do Sul e em outros contextos similares.

REVISÃO DA LITERATURA

Gestão de Desastres

A gestão de desastres é um campo abrangente que envolve preparação, resposta e recuperação diante de eventos adversos, exigindo uma análise estratégica entre instituições e uma mobilização adequada de recursos. Segundo Alexander (2013), a eficácia da gestão de desastres está diretamente ligada à preparação prévia, que deve englobar o

planejamento estratégico necessário para lidar com a complexidade das operações de resgate (PERRY; LINDELL, 2003). Além disso, a literatura aponta que a integração de tecnologias de informação e comunicação pode melhorar significativamente a resposta a desastres, permitindo uma coordenação mais eficaz entre as equipes de resgate.

As defesas civis desempenham um papel fundamental na gestão de riscos, adotando estratégias que incluem a participação social e a implementação de sistemas de monitoramento e prevenção. Nesse sentido, observa-se que a gestão de riscos deve ser conduzida de maneira adaptativa, considerando a dinamicidade dos eventos extremos e a necessidade de resposta rápida e eficaz (GOMES; SANTOS, 2024).

Além disso, a integração entre diferentes setores é essencial para uma gestão eficiente. Parcerias entre governos, instituições acadêmicas e setor privado possibilitam o desenvolvimento de soluções inovadoras que ampliam a capacidade de resposta. A implementação de plataformas digitais interativas, que permitem a comunicação direta com a população, também se destaca como uma ferramenta essencial para a prevenção e gerenciamento de crises (GOMES; SANTOS, 2024).

A formação contínua e o treinamento específico para as equipes de resgate são cruciais para a eficácia das operações. De acordo com Tierney (2019), a capacitação regular não apenas melhora a resposta imediata, mas também fortalece a resiliência organizacional em longo prazo. A colaboração entre diferentes entidades, como a Defesa Civil e organizações não governamentais, é essencial para otimizar os recursos e garantir uma resposta mais abrangente e eficaz (COPPOLA, 2015). A literatura também sugere que a criação de redes de colaboração entre instituições pode facilitar a troca de informações e experiências, promovendo um aprendizado coletivo que é vital para a melhoria contínua das práticas de gestão de desastres (BOURQUE et al., 2018).

Bem-Estar Animal em Situações de Emergência

O bem-estar animal em situações de emergência é um tema que tem ganhado destaque nas últimas décadas. Serpell (1995) argumenta que o vínculo entre humanos e seus animais de estimação é profundo, e a segurança dos animais pode ser tão importante quanto a dos próprios indivíduos. Tierney (2019) sugere que a eficácia da resposta a desastres está diretamente relacionada à capacidade das instituições de trabalhar de maneira coordenada, devendo englobar não somente os humanos, mas também os animais, conforme o conceito de família multiespécie.

Este conceito “multiespécie” reflete a integração de animais na estrutura familiar humana, na qual esses seres são vistos como membros da família e assumem um papel afetivo significativo (REDMALM, 2015). Como ressalta Redmalm (2015), “os animais de estimação não são apenas companheiros; eles se tornam integrantes de uma unidade familiar que compartilha emoções, práticas diárias e, muitas vezes, valores culturais.” Esse entendimento reforça a importância de considerar os laços entre humanos e animais em

contextos de desastres e emergências, dado o impacto desses vínculos nas decisões e no bem-estar emocional.

Nesse contexto, a interdependência entre humanos e animais surge como um aspecto essencial que deve ser reconhecido e incorporado nas políticas de resposta a desastres. Como ressalta Paterson (2016), “a gestão de desastres deve considerar a interdependência entre humanos e animais, reconhecendo que a proteção dos animais é fundamental para a recuperação das comunidades afetadas”. Essa abordagem integrada se revela necessária, pois não só melhora a eficácia das operações de resgate, mas também fortalece a recuperação das comunidades impactadas, promovendo uma resposta completa e sustentável.

Donna Haraway, no “Manifesto das Espécies Companheiras”, propõe uma análise crítica das relações entre humanos e cachorros, argumentando que essas interações moldam a sociedade e refletem desigualdades como o racismo (Haraway, 2008). Ao desafiar a objetificação dos animais, a autora defende uma ética de cuidado e responsabilidade mútua, incentivando a construção de parcerias mais justas e equitativas, visando uma transformação social que promova a inclusão e a sustentabilidade para todas as formas de vida (Haraway, 2008).

Interdependência Humano-Animal e Políticas Públicas

A interdependência entre humanos e animais é um aspecto crucial a ser considerado em políticas públicas voltadas para a gestão de desastres. Essa relação simbiótica implica que o bem-estar de um impacta diretamente o outro, especialmente em momentos de crise. Estudos apontam que a presença de animais de estimação exerce um papel positivo na saúde mental e emocional dos humanos, oferecendo suporte em períodos de estresse (Walsh, 2009; Irvine, 2020). Assim, as políticas públicas precisam refletir essa interdependência, integrando ações de proteção animal nos planos de resposta a desastres para promover uma abordagem mais inclusiva e eficaz.

No contexto das enchentes no Rio Grande do Sul em 2024, as operações de resgate evidenciaram tanto a relevância da mobilização comunitária quanto os desafios estruturais enfrentados. A atuação de ONGs e voluntários foi essencial, mas a ausência de infraestrutura robusta, como abrigos temporários e equipes especializadas, limitou o alcance das ações. Essa lacuna reforça a necessidade de treinamentos regulares para servidores e voluntários, como sugerem Perry e Lindell (2003), bem como a colaboração entre diferentes setores, incluindo organizações de bem-estar animal.

Além disso, estratégias que fortalecem parcerias público-privadas e promovem a criação de planos estaduais abrangentes são fundamentais para aprimorar a eficiência das operações de resgate. Isso inclui medidas como a preparação de abrigos temporários, a capacitação de agentes e a definição de protocolos claros. Essas iniciativas não apenas ampliam a eficiência das respostas emergenciais, mas também reforçam a resiliência emocional das comunidades impactadas, indicando o papel central dos animais no bem-estar coletivo.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este estudo adotou uma abordagem quali-quantitativa, com o objetivo de quantificar as percepções e experiências dos envolvidos nas operações de resgate de animais durante as enchentes de 2024 no Rio Grande do Sul. A pesquisa foi estruturada como descritiva, buscando detalhar as práticas adotadas, os desafios enfrentados e as percepções dos participantes, a fim de fornecer subsídios para o aprimoramento das estratégias de gestão de desastres.

A coleta de dados foi realizada por meio de um questionário estruturado, desenvolvido e aplicado utilizando a plataforma *Google Forms*. Essa ferramenta digital é amplamente reconhecida por sua praticidade, acessibilidade e eficiência no processo de coleta e organização de dados. Creswell (2014) destaca que o uso de ferramentas online “facilita a coleta de dados de maneira rápida e estruturada, além de permitir a análise automatizada, reduzindo erros e otimizando o tempo dos pesquisadores”. A utilização do *Google Forms* permitiu aos pesquisadores coletarem os dados armazenando automaticamente as respostas, o que garantiu um processo ágil e minimizou possíveis erros humanos.

A coleta de dados foi realizada entre 08 de outubro a 10 de novembro de 2024, permitindo que os participantes refletissem sobre as operações de resgate realizadas, enquanto as memórias das ações ainda estavam frescas. Esse período foi escolhido estrategicamente para assegurar que as respostas captassem as experiências vivenciadas durante o desastre e as sugestões para futuras melhorias.

O questionário foi composto por três blocos principais:

1. **Perfil dos Participantes:** Questões destinadas a caracterizar os respondentes, incluindo informações sobre vínculo institucional e funções desempenhadas durante as operações.
2. **Ações de resgate:** Perguntas relacionadas às práticas utilizadas nas operações de resgate, recursos disponíveis e principais dificuldades enfrentadas.
3. **Avaliação e Sugestões:** Questões voltadas à percepção dos participantes sobre a eficácia das operações e à identificação de oportunidades para aprimorar futuras ações de gestão de desastres.

Os participantes da pesquisa foram selecionados com base em sua participação direta nas operações de resgate realizadas durante as enchentes de 2024. O público-alvo incluiu:

- Servidores públicos da Secretaria Estadual do Meio Ambiente e Infraestrutura (SEMA);
- Membros da Defesa Civil e outras instituições governamentais;

O questionário foi enviado eletronicamente aos participantes, garantindo a acessibilidade e a conveniência para os respondentes. A confidencialidade foi assegurada por meio do anonimato das respostas, proporcionando um ambiente seguro para os participantes expressarem suas opiniões de forma honesta e detalhada.

Os dados coletados foram exportados para planilhas eletrônicas e submetidos a análises estatísticas descritivas. Foram calculadas frequências absolutas e relativas para cada questão, permitindo identificar padrões e tendências nas práticas de resgate, nos recursos empregados e nos desafios enfrentados. A análise foi estruturada de forma a destacar os pontos mais relevantes, evidenciando as práticas bem-sucedidas e os aspectos que necessitam de melhoria.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Com base nos dados coletados por meio de um questionário estruturado aplicado via *Google Forms*, tendo 100% de respostas obtidas, foram identificados padrões e tendências significativas sobre as práticas de resgate de animais realizadas durante as enchentes de 2024 no Rio Grande do Sul. O questionário contou com a participação de 37 respondentes, entre servidores públicos da Secretaria Estadual do Meio Ambiente e Infraestrutura (SEMA), membros da Defesa Civil e integrantes de instituições governamentais. As respostas forneceram insights valiosos sobre as dinâmicas de trabalho, os recursos disponíveis, os desafios enfrentados e as oportunidades de melhoria nas operações de resgate.

Os resultados foram organizados em categorias analíticas, que agrupam as respostas às perguntas do questionário de forma sistemática e inter-relacionada. As categorias abrangem perfis profissionais, experiências anteriores, desafios enfrentados, impactos emocionais e sugestões para melhorias futuras.

Perfil e experiência dos participantes

Essa variedade de perfis permitiu uma análise abrangente das práticas adotadas e dos desafios enfrentados durante as operações de resgate, considerando diferentes funções e responsabilidades. A participação de profissionais diretamente envolvidos nas ações de resgate, bem como de voluntários e membros de ONGs, enriqueceu os dados coletados, proporcionando uma visão holística das operações realizadas.

A identificação dos perfis dos participantes também possibilitou a avaliação da eficácia da coordenação interinstitucional e da colaboração entre os diversos atores envolvidos nas operações de resgate. Compreender a composição da equipe atuante é essencial para identificar pontos fortes e áreas que necessitam de melhorias, visando aprimorar futuras ações de resposta a desastres naturais.

A análise detalhada do perfil dos participantes contribui para a formulação de estratégias mais eficazes e integradas, assegurando que as necessidades específicas de cada grupo sejam atendidas e que as operações de resgate sejam conduzidas de maneira coordenada e eficiente.

Na análise realizada nas respostas dos participantes, pode ser observado que a maioria deles exercia o cargo de Analista Ambiental, seguido dos Agentes ambientais, Guardas-parques, chefias e, por último, os Técnicos Ambientais, sendo que o local de atuação de cada um foi bem variado, contando com servidores da Secretaria Estadual do

Meio Ambiente e Infraestrutura, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, Conselho Regional de Medicina Veterinária - CRMV e outras instituições.

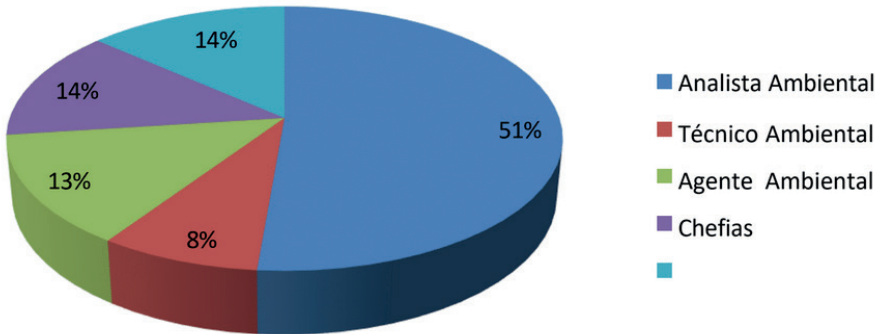


Figura 1 - Perfil dos participantes.
Fonte: Pesquisa de campo (2024).

Os dados coletados sobre o tempo de atuação dos participantes em suas respectivas funções revelaram que a maioria dos respondentes possuía experiência significativa nas suas instituições, mas poucas estavam ligadas diretamente ao resgate e resposta a desastres.

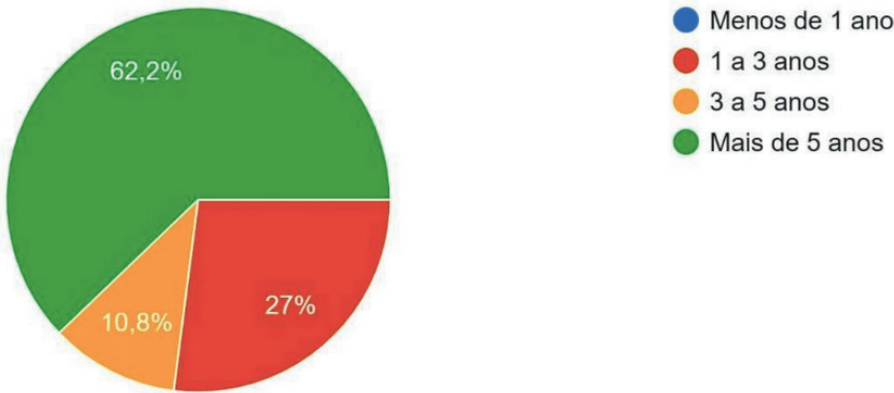


Figura 2 - Tempo de atuação na função.
Fonte: Pesquisa de campo (2024).

A análise do gráfico revela a distribuição do tempo de atuação dos participantes nas suas ocupações no serviço público. A maioria dos respondentes (62,2%) possui mais de 05 anos de experiência na função, o que indica que as equipes envolvidas no resgate contaram com um número significativo de profissionais experientes. Isso sugere que as operações puderam contar com servidores que tinham grande conhecimento sobre os trâmites das instituições.

Por outro lado, 27% dos participantes têm entre 01 a 03 anos de experiência, o que representa uma parcela considerável de profissionais com certo tempo de prática, mas ainda relativamente novos em comparação com a maioria. Esses profissionais podem ter enfrentado uma curva de aprendizado mais intensa durante o evento, o que ressalta a importância de treinamentos contínuos.

A menor parte dos participantes, 10,8%, tem entre 03 a 05 anos de experiência na função, o que representa um grupo intermediário. Esse segmento de profissionais provavelmente estava em uma fase de maior capacitação e adaptação para lidar com as operações em grande escala. Por fim, o gráfico destaca que não houve participantes com menos de 01 ano de experiência, o que sugere que as operações de resgate foram realizadas por pessoas já bem integradas ao sistema de operações do Estado.

Quando perguntados “Você já havia participado de resgates em desastres naturais antes das enchentes de 2024?”, os resultados mostram que a maioria dos participantes, 89,2%, não tinha experiência anterior em resgates relacionados a desastres naturais. Apenas 10,8% dos respondentes indicaram que já haviam participado de operações de resgate em situações semelhantes.

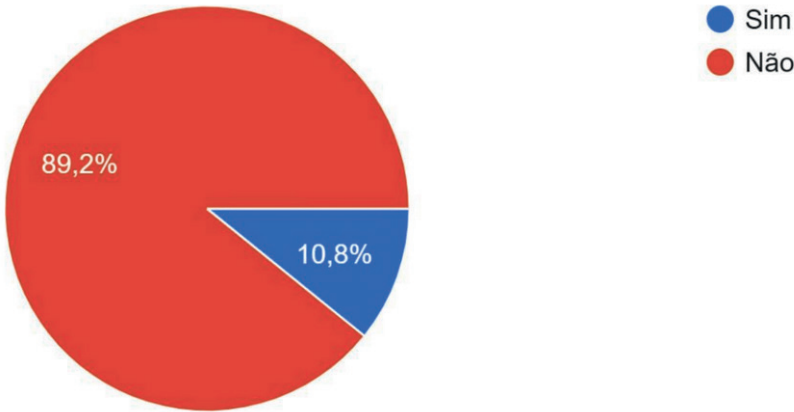


Figura 3 - Já havia participado de resgates em desastres naturais antes das enchentes de 2024?

Fonte: Pesquisa de campo (2024).

Essa predominância de inexperiência prévia reforça a relevância de capacitações específicas e treinamento para equipes de resgate. A falta de vivência em situações de desastres pode ter impacto direto na eficiência e na tomada de decisões durante operações de emergência. Esses dados sugerem a necessidade de políticas públicas que invistam em treinamentos regulares e na preparação das equipes, para que possam atuar com maior confiança e eficácia em eventos futuros.

Envolvimento e operações realizadas

Durante as enchentes de 2024 no Rio Grande do Sul, as operações de resgate concentraram-se em áreas gravemente afetadas em Porto Alegre e região metropolitana, onde muitos animais estavam presos, sem acesso a comida ou água. Sob a coordenação da Secretaria Estadual do Meio Ambiente e Infraestrutura (SEMA), essas ações priorizaram a retirada dos animais das zonas de risco e a logística para seu transporte e realocação em abrigos temporários. Essas medidas não apenas protegeram a vida animal, mas também desempenharam um papel importante no alívio emocional das comunidades afetadas, que muitas vezes possuem vínculos significativos com seus animais.

| Aspectos avaliados | Resultados |
|--------------------------------|---|
| Ações de Resgate | Concentradas em áreas gravemente afetadas, envolvendo transporte e realocação em abrigos temporários, protegendo animais e aliviando o sofrimento das comunidades. |
| Principais desafios | Falta de equipamentos adequados (73%), falta de treinamento específico (73%), acesso difícil às áreas alagadas (54,1%), e falta de coordenação entre equipes (48,6%). |
| Capacitação e treinamento | Somente 8,1% dos participantes receberam treinamento específico antes das enchentes, enquanto 91,9% não possuíam preparação prévia. |
| Tipos de animais resgatados | Cães (89,2%), Gatos (48,6%), Animais Silvestres (24,3%), Outros – equinos, ovinos, aves, etc... (10,8%). |
| Número de operações de resgate | 29,7% participaram de mais de 10 operações, 27% em 4 a 6, e 21,6% em 1 a 3 ou de 7 a 10 resgates. |

Quadro 1 – Síntese das operações realizadas

Fonte: Pesquisa de campo (2024).

Conforme os resultados apresentados no Quadro 1, os desafios enfrentados durante as operações foram substanciais. Entre os principais obstáculos, as faltas de equipamentos adequados e de treinamento específico foram os mais relatados, com 73% dos participantes destacando essas dificuldades. O acesso difícil às áreas alagadas foi apontado por 54,1% dos respondentes, enquanto 48,6% indicaram problemas na coordenação entre equipes de diferentes organizações. Essas condições adversas limitaram a eficiência das operações e evidenciaram lacunas estruturais e organizacionais na gestão do resgate.

Outro aspecto crítico foi a falta de preparação dos envolvidos. Apenas 8,1% dos participantes relataram ter recebido algum tipo de treinamento específico antes das enchentes, enquanto 91,9% não haviam sido capacitados para lidar com situações de emergência envolvendo animais. A ausência de treinamento adequado comprometeu tanto a eficácia das ações quanto a segurança dos profissionais e voluntários, que enfrentaram altos níveis de estresse e desafios técnicos em campo.

Em termos de tipos de animais resgatados, os cães representaram a maior parte dos resgates, com 89,2%, seguidos por gatos, com 48,6%, e animais silvestres, com 24,3%. Esses dados destacam a predominância de animais domésticos nas operações,

embora a presença significativa de animais silvestres indique a necessidade de estratégias específicas para lidar com espécies não domesticadas. O número de operações realizadas pelos participantes também variou amplamente, com 29,7% relatando envolvimento em mais de 10 resgates, 27% em 4 a 6 operações, e outros 21,6% participando de 1 a 3 ou de 7 a 10 resgates, refletindo a intensidade das ações realizadas.

Esses resultados evidenciam um cenário de resposta emergencial marcado por esforços intensos e desafios significativos, destacando tanto a dedicação das equipes envolvidas quanto as lacunas a serem abordadas para aprimorar futuras operações de resgate.

Colaboração interinstitucional

A colaboração entre órgãos públicos e Organizações Não Governamentais foi fundamental. O Estado do Rio Grande do Sul, além de participar dos resgates, foi responsável pelo apoio na manutenção de abrigos temporários para os animais, garantindo condições adequadas para sua recuperação. A análise das respostas dos participantes indicou que a falta de coordenação entre as equipes e a ausência de um plano de contingência foram obstáculos significativos. Um analista jurídico destacou a importância de um treinamento periódico para as equipes envolvidas, enfatizando que a ação coordenada entre os envolvidos é crucial para o sucesso das operações.

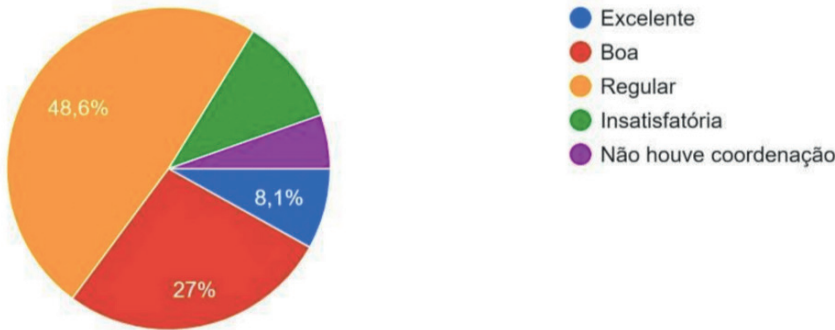


Figura 4 - Como você avaliaria a coordenação entre sua equipe e outras organizações (ONGs, voluntários, etc.) durante as operações de resgate?

Fonte: Pesquisa de campo (2024).

Perspectivas futuras

A análise das respostas indica uma percepção amplamente positiva quanto ao impacto da experiência das enchentes de 2024 no aprimoramento das políticas públicas relacionadas ao resgate de animais em desastres futuros. Dos participantes, aproximadamente 70% acreditam que os aprendizados obtidos durante essa crise são relevantes para a formulação de estratégias mais eficazes. Esse otimismo reflete a

valorização da experiência prática como um componente essencial para a melhoria de políticas públicas, conforme apontado por McLennan (2014), que destaca que as respostas efetivas a desastres dependentes de um aprendizado contínuo e adaptativo.

A experiência prática das enchentes permitiu identificar lacunas e oportunidades de melhoria nas operações de resgate. Por exemplo, relatos de falta de recursos adequados e de treinamento emergiram como desafios críticos, diminuindo a necessidade de investimentos em capacitação técnica e infraestrutura. Além disso, a colaboração entre a Secretaria Estadual do Meio Ambiente e Infraestrutura (SEMA) e outras entidades foi percebida como um ponto forte que pode ser ainda mais consolidado em iniciativas futuras.

Por outro lado, 30% dos entrevistados demonstraram ceticismo em relação à possibilidade de traduzir a experiência prática em avanços concretos. Esse grupo aponta possíveis limitações institucionais, como a falta de continuidade nas políticas públicas e a ausência de recursos financeiros para a implementação de mudanças significativas. Como sugere Tierney (2019), um dos principais desafios na gestão de desastres é garantir que as lições aprendidas em eventos anteriores sejam institucionalizadas em políticas robustas e sustentáveis.

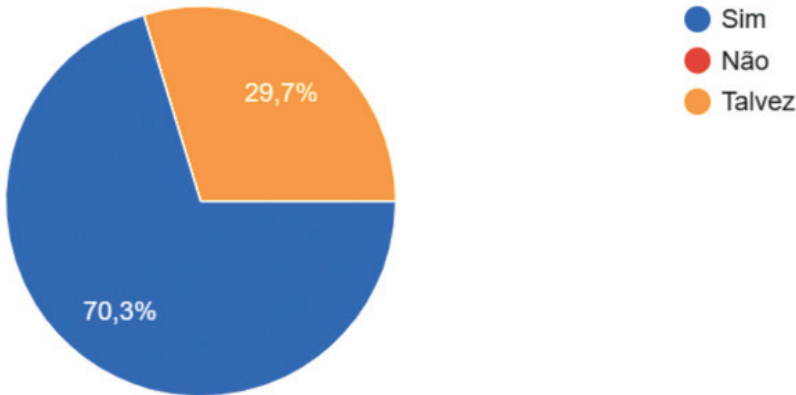


Figura 5 - Você acredita que a experiência adquirida nas enchentes de 2024 pode contribuir para a melhoria das políticas de resgate de animais em desastres futuros?

Fonte: Pesquisa de campo (2024).

Quanto às sugestões de melhorias nas operações de resgate, a análise das respostas à questão sobre sugestões de melhorias para futuras operações de resgate de animais em desastres naturais evidencia a importância de ações estruturadas e planejadas, fundamentadas em treinamento e melhoria interinstitucional. As sugestões recebidas convergem em torno de três pilares principais: planejamento estratégico, capacitação contínua e infraestrutura adequada.

Diversos destacaram a necessidade de um plano estadual abrangente para enfrentamento de desastres, com treinamento regular para servidores públicos e

voluntários. Um participante enfatizou que “o treinamento periódico de equipes para atuar em desastres e no salvamento de animais, aliado a uma ação coordenada entre os envolvidos, é fundamental”. Essa percepção se alinha com estudos que apontam que uma formação específica e contínua aprimora a eficácia das respostas emergenciais e fortalece a resiliência organizacional (Alexander, 2013; Tierney, 2019).

Adicionalmente, foi apontada a carência de infraestrutura adequada para as operações. Entre as sugestões, destaca-se a necessidade de veículos específicos para o transporte seguro de animais, abrigos previamente definidos e preparados, e a disponibilização de equipamentos de proteção individual (EPI). Conforme explicou um respondente, “é essencial melhorar a estrutura geral do Estado, incluindo a cooperação entre ONGs e instituições, para garantir suporte financeiro e logístico adequado às operações emergenciais”. Esse aspecto ressoa com Irvine (2020), que argumenta que o bem-estar animal em desastres depende tanto da preparação institucional quanto da alocação eficiente de recursos. Além disso, estudos como o de Heath e Linnabary (2015) enfatizam que investimentos em infraestrutura e protocolos especializados podem reduzir significativamente as lacunas no atendimento emergencial, garantindo maior eficiência e segurança durante crises.

Por fim, a criação de protocolos claros e centralizados foi amplamente mencionada como uma medida crítica para o sucesso das operações. A necessidade de manter listas atualizadas de voluntários capacitados e locais de abrigo emergencial também foi destacada, reforçando a importância de ações preventivas que otimizem o tempo de resposta e a eficiência das operações. Como apontado por um entrevistado, “é necessário haver uma cooperação centralizada, que dê comandos claros para quem está na linha de frente”.

Essas recomendações apontam para a necessidade de políticas públicas robustas, que não apenas integram o resgate de animais como um componente essencial da gestão de desastres, mas também promovem uma abordagem holística, envolvendo treinamento, planejamento e infraestrutura. A inclusão dessas medidas contribuirá significativamente para a mitigação de impactos de desastres futuros, tanto para as comunidades humanas quanto para os animais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As enchentes no Rio Grande do Sul em 2024 evidenciaram tanto os avanços quanto as limitações na gestão de desastres envolvidos no resgate de animais domésticos. A SEMA, em conjunto com outros órgãos e voluntários, demonstrou a importância de ações coordenadas e da integração de políticas públicas externas ao bem-estar animal.

Entre os principais desafios identificados, destacam-se a falta de infraestrutura específica, a necessidade de treinamento regular e a ausência de protocolos padronizados

para situações emergenciais. Apesar disso, a mobilização da sociedade civil e a colaboração interinstitucional foram fundamentais para minimizar os impactos do desastre.

Para o futuro, recomenda-se:

- 1. Fortalecer as parcerias interinstitucionais**, incluindo a criação de protocolos de ação conjunta;
- 2. Investir em treinamento específico e contínuo**, formando equipes especializadas;
- 3. Ampliar a infraestrutura e os recursos destinados ao resgate animal**, incluindo a criação de abrigos temporários permanentes.

Essas ações não apenas promoverão maior eficiência nas respostas a desastres, mas também promoverão a resiliência das comunidades afetadas, consolidando o bem-estar animal como uma prioridade ética e social.

REFERÊNCIAS

ALEXANDER, D. E. Disaster and Emergency Planning for Preparedness, Response, and Recovery. In: *Oxford Research Encyclopedia of Natural Hazard Science*. Oxford: Oxford University Press, 2015. p. 1-20. DOI: 10.1093/acrefore/9780199389407.013.12.

CRESWELL, J. W. Desenho de pesquisa: abordagens qualitativas, quantitativas e de métodos mistos. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.

CUNHA, L. O. Gestão de Riscos e Desastres Ambientais. Rio de Janeiro: Elsevier, 2020.

FERNANDES, M. et al. Resgate de Fauna em Cenários de Emergência. *Revista Brasileira de Proteção Animal*, v. 18, n. 2, 2022. Disponível em: <https://www.protecaoanimal.org/resgate-fauna-emergencia>. Acesso em: 02 dez. 2024.

GOMES, A.; SANTOS, R. Estratégias para gestão de riscos de desastres no Brasil. *Revista de Gestão e Planejamento*, v. 12, n. 1, p. 45-62, 2024. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/gvexecutivo/article/view/90753>. Acesso em: 17 fev. 2025

HARAWAY, Donna J. *When Species Meet*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2008.

HEATH, S. E.; LINNABARY, R. D. Desafios do manejo de animais em desastres nos EUA. *Animals*, v. 5, n. 2, p. 173–192, 2015. Disponível em: <https://www.mdpi.com/2076-2615/5/2/173/xml>. Acesso em: 03 dez. 2024.

IRVINE, L. *Animais e Sociedade: Uma Introdução aos Estudos Humano-Animais*. Temple University Press, 2020. Disponível em: https://www.academia.edu/3811482/Animals_and_Sociology. Acesso em: 29 nov. 2024.

JONES, P. Wildlife Rescue and Management During Wildfires. *Australian Journal of Environmental Studies*, v. 45, n. 1, 2020. Disponível em: <https://www.ausjournalenvstudies.org/wildlife-rescue>. Acesso em: 02 dez. 2024.

KAPLAN, R. Disaster Management Principles and Practices. Routledge, 2021. Disponível em: <https://www.routledge.com/disaster-management-principles>. Acesso em: 02 dez. 2024.

MORAES, J. P. Resiliência Comunitária e Gestão de Desastres no Brasil. *Interações*, v. 23, n. 2, p. 345-358, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/interacoes/article/view/98765>. Acesso em: 02 dez. 2024.

PATERSON, M. Disaster Management and Animal Welfare: A Global Perspective. *International Journal of Disaster Risk Reduction*, v. 19, p. 1-10, 2016. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/journal/international-journal-of-disaster-risk-reduction>. Acesso em: 20 ago. 2024.

PERRY, R. W.; LINDELL, M. K. Preparedness for Emergency Response: Guidelines for the Emergency Planning Process. 2003. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/8918430_Preparedness_for_Emergency_Response_Guidelines_for_the_Emergency_Planning_Process. Acesso em: 08 set. 2024.

REDMALM, D. Luto de animal de estimação: quando é que a vida não humana é passível de luto? 2015. Disponível em: <https://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/27727/1/O%20impacto%20da%20comunicação%20da%20vida%20dos%20detentores%20de%20animais%20de%20companhia.pdf>. Acesso em: 05 out. 2024.

SERPELL, J. The Human-Animal Bond: A Review of the Literature. 1995. Disponível em: https://www.academia.edu/28126105/Serpell_2015_Human_animal_bond_pdf. Acesso em: 05 out. 2024.

SMITH, R. A. Disaster Management: Strategies and Applications. Nova York: Routledge, 2019. Disponível em: <https://www.routledge.com/disaster-management-strategies>. Acesso em: 02 dez. 2024.

SOUZA, L. C.; FREITAS, C. M. Vigilância em saúde e desastres de origem natural: uma revisão da literatura. *Saúde em Debate*, v. 44, n. esp. 2, p. 316-333, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.org/pdf/sdeb/2020.v44nspe2/316-333/pt>. Acesso em: 02 dez. 2024.

TIERNEY, K. Disaster Response and Recovery: Strategies and Tactics for Resilience. 2019. Disponível em: https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=HY2ZDwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT8&dq=K.+Tierney+2019+Disaster+Management&ots=ieNW4xXPfF&sig=Ahx241C6OcJPvbXjrS8DMx6r1y8&redir_esc=y#v=onepage&q=K.%20Tierney%202019%20Disaster%20Management&f=false. Acesso em: 05 out. 2024.

WALKER, B.; SALT, D. Resilience Thinking: Sustaining Ecosystems and People in a Changing World. Washington: Island Press, 2006. Disponível em: <https://islandpress.org/resilience-thinking>. Acesso em: 02 dez. 2024.

WALSH, F. Laços homem-animal II: O papel dos animais de estimação nos sistemas familiares e na terapia familiar. *Processo Familiar*, v. 48, n. 4, p. 481-499, 2009. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1545-5300.2009.01297.x>. Acesso em: 02 dez. 2024.